

# *Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas*

# **2020**



## SUMÁRIO

---

DECLARAÇÃO DO CONTADOR .....	3
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	5
BALANÇO PATRIMONIAL.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	7
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	8
BALANÇO FINANCEIRO .....	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	12
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	15
NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
NOTA 02 – CRÉDITOS A CURTO PRAZO E DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO .....	15
NOTA 03 – IMOBILIZADO .....	16
NOTA 04 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO .....	18
NOTA 05 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO .....	18
NOTA 06 – RESULTADOS ACUMULADOS .....	19
NOTA 07 – RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO .....	19
NOTA 08 – RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....	20
NOTA 09 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS .....	21
NOTA 10 – RESTOS A PAGAR .....	22
INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	23

## DECLARAÇÃO DO CONTADOR

---

A Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos - CGCONT foi criada pelo Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, que definiu a composição da Secretaria-Geral (recriada pela Medida Provisória nº 768-2017). Essa Coordenação compõe a estrutura da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

A Secretaria Especial de Administração exerce a função de órgão setorial dos Sistemas de Contabilidade do Governo Federal e à Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos - CGCONT compete planejar, coordenar, orientar e exercer as atividades de órgão setorial contábil dos órgãos integrantes da Presidência da República, de suas entidades vinculadas, da Vice-Presidência e de outros determinados em legislação específica.

Criada a partir da antiga Coordenação de Auditoria e Contabilidade da Secretaria de Governo, a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos foi concebida para atender às necessidades de segregação de funções e para dar maior autonomia no desempenho de suas funções estabelecidas no art. 29 da Portaria SGPR nº 7/2018 (Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República).

O escopo desta declaração considera as Demonstrações Contábeis ora apresentadas que se limitam à execução da Presidência da República como Órgão não superior, considerando apenas Administração Direta, que compreende a Casa Civil - CC/PR, a Secretaria de Governo - SEGOV, a Secretaria-Geral - SGPR, o Gabinete Pessoal do Presidente da República - GP/PR, o Gabinete de Segurança Institucional - GSI/PR e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais - ANPD.

As Demonstrações Contábeis a seguir apresentadas são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxo de Caixa. Elas foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP, o Manual SIAFI e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição - MCASP.

No exercício de 2018 foi decretada Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 9.288/2018), cuja estrutura ficou subordinada ao Presidente da República, integrando, portanto, a Presidência da República - PR. Devido ao seu caráter temporário, considerando a finalidade das Demonstrações Contábeis de proporcionar informação que seja útil para avaliação e tomada de decisão sobre a alocação de recursos (conforme disposto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis) e buscando manter as características qualitativas da informação contábil, sobretudo quanto à relevância e à comparabilidade (exigidas pela NBC TSP Estrutura Conceitual), optou-se por excluir das Demonstrações Contábeis apresentadas as informações da execução da unidade Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

A conformidade contábil das Demonstrações Contábeis é realizada pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos, de acordo com as normas vigentes e procedimentos estabelecidos no Manual SIAFI, visando assegurar as características qualitativas das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, tais como a relevância, a fidedignidade e a comparabilidade, tendo apresentado a seguinte ressalva:

### RESSALVA:

- a) **Termo de Execução Descentralizada - TED:** As contas Adiantamento - Termo Execução Descentralizada - TED e Transferências Financeiras a Comprovar - TED apresentam saldos

relativos a Termos de Execução Descentralizada cuja vigência encontra-se expirada, dos quais não se tem comprovação da execução e/ou devolução dos saldos não utilizados pela unidade recebedora, conforme orienta a Macrofunção SIAFI 020307 – Transferências Voluntárias. As Notas Explicativas 02 e 05 detalham as Unidades Gestoras Executoras da Presidência da República que possuem Termos de Execução Descentralizada com vigências expiradas.

## DECLARAÇÃO

Considerando os aspectos supracitados, **DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis** (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas), regidas pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, **relativas ao exercício de 2020, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Presidência da República, EXCETO no que tange à ressalva apresentada.**

**Brasília, 31 de março de 2021.**

Cleomara Strzelecki

CRC nº 061863/O-0

Contadora Geral da Presidência da República

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

Ativo	NE	2020	2019
<b>Ativo Circulante</b>		<b>46.014.798.201,88</b>	<b>35.727.567.293,58</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	<a href="#">01</a>	45.750.505.710,69	35.549.637.784,38
Créditos a Curto Prazo	<a href="#">02</a>	257.450.398,77	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<a href="#">02</a>	-	174.126.409,19
Estoques		6.738.494,72	3.803.100,01
VPDs Pagas Antecipadamente		103.597,70	-
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>597.109.365,50</b>	<b>643.591.920,94</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo		6.983,92	6.983,92
Imobilizado	<a href="#">03</a>	578.856.070,04	630.088.717,91
Intangível		18.246.311,54	13.496.219,11
<b>Total do Ativo</b>		<b>46.611.907.567,38</b>	<b>36.371.159.214,52</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Passivo Circulante</b>		<b>95.526.731,31</b>	<b>145.229.009,29</b>
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<a href="#">04</a>	68.017.189,64	60.257.421,63
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		1.354.541,05	1.254.071,99
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		44.776,64	258,33
Demais Obrigações a Curto Prazo	<a href="#">05</a>	26.110.223,98	83.717.257,34
<b>Total do Passivo</b>		<b>95.526.731,31</b>	<b>145.229.009,29</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>46.516.380.836,07</b>	<b>36.225.930.205,23</b>
<b>Resultados Acumulados</b>	<a href="#">06</a>	<b>46.516.380.836,07</b>	<b>36.225.930.205,23</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>46.611.907.567,38</b>	<b>36.371.159.214,52</b>

Fonte: SIAFI

## Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

Em Reais

Ativo	NE	2020	2019
<b>Especificação</b>		<b>46.611.907.567,38</b>	<b>36.371.159.214,52</b>
Ativo Financeiro		45.750.505.710,69	35.549.637.784,38
Ativo Permanente		861.401.856,69	821.521.430,14
<b>Passivo</b>		<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Especificação</b>		<b>327.526.996,53</b>	<b>419.923.349,20</b>
Passivo Financeiro		285.034.579,03	329.506.090,46
Passivo Permanente		42.492.417,50	90.417.258,74
<b>Saldo Patrimonial</b>		<b>46.284.380.570,85</b>	<b>35.951.235.865,32</b>

Fonte: SIAFI

## Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

Em Reais

Especificação	NE	2020	2019
<b>Atos Potenciais Ativos</b>		<b>40.634.940,37</b>	<b>43.995.312,95</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos		40.634.940,37	43.995.312,95
Garantias e Contragarantias Recebidas		36.348.784,69	33.460.652,09
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		4.286.155,68	10.534.660,86

Em Reais

Especificação	NE	2020	2019
<b>Atos Potenciais Passivos</b>		<b>162.735.156,62</b>	<b>161.354.427,69</b>
Execução dos Atos Potenciais Passivos		162.735.156,62	161.354.427,69
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		31.685.325,23	57.161.093,78
Obrigações Contratuais		131.049.831,39	104.193.333,91

Fonte: SIAFI

### Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Em Reais

Destinação de recursos	NE	Superávit/Déficit Financeiro
<b>Recursos Ordinários</b>		<b>-116.356.677,61</b>
<b>Recursos Vinculados</b>		<b>45.581.827.809,27</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-976.090,25
Previdência Social (RPPS)		-36.619,36
Dívida Pública		-62.244.074,78
Alienação de Bens e Direitos		-2.377,77
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		45.645.142.981,69
Outros Recursos Vinculados		-56.010,26
<b>Total</b>		<b>45.465.471.131,66</b>

Fonte: SIAFI

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Em Reais

Especificação	NE	2020	2019
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>29.230.114.920,84</b>	<b>26.828.800.455,88</b>
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>691.027.367,92</b>	<b>800.388.733,65</b>
Venda de Produtos		690.529.586,51	799.673.003,10
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		497.781,41	715.730,55
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>2.816.606.561,33</b>	<b>2.479.212.995,57</b>
Juros e Encargos de Mora		174,67	19,36
Variações Monetárias e Cambiais		3.600,11	11.273,28
Remuneração de Depósitos Banc. e Aplicações Financeiras		2.816.602.786,55	2.479.201.702,93
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>22.999.437.221,47</b>	<b>23.311.103.227,31</b>
Transferências Intragovernamentais		22.969.221.326,99	23.299.364.409,63
Outras Transferências e Delegações Recebidas		30.215.894,48	11.738.817,68
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desinc. de Passivos</b>		<b>2.720.970.877,92</b>	<b>235.705.018,07</b>
Reavaliação de Ativos		118.474.689,91	9.839.057,06
Ganhos com Incorporação de Ativos		2.541.634.039,96	208.150.652,11
Ganhos com Desincorporação de Passivos		60.862.148,05	17.715.308,90
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>2.072.892,20</b>	<b>2.390.481,28</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.072.892,20	2.390.481,28
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>18.888.451.381,03</b>	<b>15.021.975.572,67</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>596.960.979,96</b>	<b>595.906.336,31</b>
Remuneração a Pessoal		431.222.449,30	419.470.013,63
Encargos Patronais		69.052.981,22	63.207.012,71
Benefícios a Pessoal		22.625.963,71	26.970.125,49
Outras Variações Patr. Diminutivas - Pessoal e Encargos		74.059.585,73	86.259.184,48
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>244.210.765,40</b>	<b>237.303.623,62</b>
Aposentadorias e Reformas		205.288.194,28	203.953.460,27
Pensões		35.128.909,00	33.137.365,72
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		3.793.662,12	212.797,63
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>406.386.702,16</b>	<b>475.723.156,62</b>
Uso de Material de Consumo		10.533.155,39	10.699.728,46
Serviços		371.657.812,57	427.770.570,10
Depreciação, Amortização e Exaustão		24.195.734,20	37.252.858,06
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>27.594,36</b>	<b>72.835,50</b>
Variações Monetárias e Cambiais		27.594,36	70.469,88
Descontos Financeiros Concedidos		-	2.365,62
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>15.017.362.781,90</b>	<b>13.541.276.916,26</b>
Transferências Intragovernamentais		14.984.064.329,25	13.519.092.461,64
Transferências Intergovernamentais		3.257.290,08	580.117,76
Transferências ao Exterior		-	188.563,62
Outras Transferências e Delegações Concedidas		30.041.162,57	21.415.773,24
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos</b>		<b>2.608.854.773,78</b>	<b>159.665.796,63</b>
Reavaliação, Redução a Valor Rec. e Ajustes para Perdas		118.948.478,38	820.346,92
Perdas Involuntárias		1.050.577,43	585.609,87
Incorporação de Passivos		4.810.103,64	89.372.182,93
Desincorporação de Ativos		2.484.045.614,33	68.887.656,91
<b>Tributárias</b>		<b>302.046,32</b>	<b>244.650,48</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		255.493,58	184.176,09
Contribuições		46.552,74	60.474,39
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>14.345.737,15</b>	<b>11.782.257,25</b>
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		14.345.737,15	11.782.257,25
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>07</b>	<b>10.341.663.539,81</b>	<b>11.806.824.883,21</b>

Fonte: SIAFI

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em Reais

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>08</b>	<b>10.335.429.859,00</b>	<b>10.335.429.859,00</b>	<b>3.484.204.801,60</b>	<b>-6.851.225.057,40</b>
Receita Patrimonial		10.050.929.859,00	10.050.929.859,00	2.793.673.706,07	-7.257.256.152,93
Receita Industrial		284.500.000,00	284.500.000,00	690.529.586,51	406.029.586,51
Outras Receitas Correntes		-	-	1.509,02	1.509,02
<b>Receitas de Capital</b>		<b>198.066.719,00</b>	<b>198.066.719,00</b>	<b>-</b>	<b>-198.066.719,00</b>
Operações de Crédito		197.857.936,00	197.857.936,00	-	-197.857.936,00
Alienação de Bens		208.783,00	208.783,00	-	-208.783,00
<b>Total das Receitas ( I )</b>		<b>10.533.496.578,00</b>	<b>10.533.496.578,00</b>	<b>3.484.204.801,60</b>	<b>-7.049.291.776,40</b>

Fonte: SIAFI

Em Reais

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>09</b>	<b>3.296.875.189,00</b>	<b>3.371.821.814,00</b>	<b>1.215.251.522,78</b>	<b>1.057.029.890,25</b>	<b>1.005.389.174,86</b>	<b>2.156.570.291,22</b>
Pessoal e Encargos Sociais		823.315.233,00	836.767.512,00	814.740.278,26	796.519.786,61	746.687.372,46	22.027.233,74
Outras Despesas Correntes		2.473.559.956,00	2.535.054.302,00	400.511.244,52	260.510.103,64	258.701.802,40	2.134.543.057,48
<b>Despesas de Capital</b>	<b>09</b>	<b>10.441.546.311,00</b>	<b>10.409.778.611,00</b>	<b>60.782.539,47</b>	<b>6.335.862,13</b>	<b>6.335.862,13</b>	<b>10.348.996.071,53</b>
Investimentos		72.116.452,00	74.848.752,00	60.782.539,47	6.335.862,13	6.335.862,13	14.066.212,53
Inversões Financeiras		10.369.429.859,00	10.334.929.859,00	-	-	-	10.334.929.859,00
<b>Total das Despesas ( II )</b>	<b>09</b>	<b>13.738.421.500,00</b>	<b>13.781.600.425,00</b>	<b>1.276.034.062,25</b>	<b>1.063.365.752,38</b>	<b>1.011.725.036,99</b>	<b>12.505.566.362,75</b>
<b>Resultado Orçamentário (III = I – II)</b>		<b>SUPERÁVIT</b>		<b>2.208.170.739,35</b>			<b>-2.208.170.739,35</b>
<b>Total</b>		<b>13.738.421.500,00</b>	<b>13.781.600.425,00</b>	<b>3.484.204.801,60</b>	<b>1.063.365.752,38</b>	<b>1.011.725.036,99</b>	<b>10.297.395.623,40</b>

Fonte: SIAFI



Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Em Reais

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
<b>Despesas Correntes</b>		<b>40.407.142,23</b>	<b>201.401.679,97</b>	<b>177.282.135,11</b>	<b>177.228.813,79</b>	<b>48.584.498,16</b>	<b>15.995.510,25</b>
Pessoal e Encargos Sociais		3.306.512,52	16.767.979,59	11.827.947,32	11.827.947,32	5.405.367,11	2.841.177,68
Outras Despesas Correntes		37.100.629,71	184.633.700,38	165.454.187,79	165.400.866,47	43.179.131,05	13.154.332,57
<b>Despesas de Capital</b>		<b>2.189.752,40</b>	<b>30.695.765,31</b>	<b>29.176.609,30</b>	<b>29.176.609,30</b>	<b>282.500,99</b>	<b>3.426.407,42</b>
Investimentos		2.189.752,40	30.695.765,31	29.176.609,30	29.176.609,30	282.500,99	3.426.407,42
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>42.596.894,63</b>	<b>232.097.445,28</b>	<b>206.458.744,41</b>	<b>206.405.423,09</b>	<b>48.866.999,15</b>	<b>19.421.917,67</b>

Fonte: SIAFI

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Em Reais

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
<b>Despesas Correntes</b>		<b>594.894,58</b>	<b>54.080.391,21</b>	<b>53.212.523,38</b>	<b>804.903,93</b>	<b>657.858,48</b>
Pessoal e Encargos Sociais		-	51.733.036,83	50.958.705,09	742.968,93	31.362,81
Outras Despesas Correntes		594.894,58	2.347.354,38	2.253.818,29	61.935,00	626.495,67
<b>Despesas de Capital</b>		<b>-</b>	<b>2.159,90</b>	<b>2.159,90</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos		-	2.159,90	2.159,90	-	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>594.894,58</b>	<b>54.082.551,11</b>	<b>53.214.683,28</b>	<b>804.903,93</b>	<b>657.858,48</b>

Fonte: SIAFI

## BALANÇO FINANCEIRO

Em Reais

Especificação	NE	2020	2019
<b>Ingressos</b>		<b>26.722.106.409,98</b>	<b>26.810.439.144,35</b>
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>08</b>	<b>3.484.204.801,60</b>	<b>3.222.892.063,95</b>
Ordinárias		1.509,02	-
Vinculadas		3.484.203.292,58	3.222.892.063,95
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>22.969.098.866,13</b>	<b>23.296.792.566,42</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		22.489.059.766,95	22.256.242.248,93
Independentes da Execução Orçamentária		480.039.099,18	1.040.550.317,49
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>268.802.742,25</b>	<b>290.754.513,98</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		51.640.715,39	54.082.551,11
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		212.668.309,87	232.097.445,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.349.145,86	1.679.621,40
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.144.571,13	2.894.896,19
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>35.549.637.784,38</b>	<b>23.823.347.330,41</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		35.549.637.784,38	23.823.347.330,41
<b>Total (Ingressos + Saldo Exerc. Anterior)</b>		<b>62.271.744.194,36</b>	<b>50.633.786.474,76</b>
<b>Dispêndios</b>		<b>16.521.238.483,67</b>	<b>15.084.148.690,38</b>
<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>1.276.034.062,25</b>	<b>1.321.289.023,47</b>
Ordinárias		826.721.968,50	1.061.592.607,15
Vinculadas		449.312.093,75	259.696.416,32
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>14.984.038.991,45</b>	<b>13.486.905.960,53</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		13.992.095.147,98	11.768.467.060,51
Independentes da Execução Orçamentária		991.943.843,47	1.718.438.900,02
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>		<b>261.165.429,97</b>	<b>275.953.706,38</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	10	53.214.683,28	50.276.042,58
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	10	206.405.423,09	220.974.824,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.354.985,95	2.011.871,28
Outros Pagamentos Extraorçamentários		190.337,65	2.690.968,02
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>45.750.505.710,69</b>	<b>35.549.637.784,38</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	45.750.505.710,69	35.549.637.784,38
<b>Total (Dispêndios + Saldo Exerc. Seguinte)</b>		<b>62.271.744.194,36</b>	<b>50.633.786.474,76</b>

Fonte: SIAFI

## Resultado Financeiro do Exercício

Em Reais

Especificação	NE	2020	2019
Ingressos		26.722.106.409,98	26.810.439.144,35
Dispêndios		16.521.238.483,67	15.084.148.690,38
<b>Resultado Financeiro do Exercício</b>		<b>10.200.867.926,31</b>	<b>11.726.290.453,97</b>

Fonte: SIAFI

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

Especificação	NE	2020	2019
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		<b>10.236.382.557,64</b>	<b>11.760.444.332,00</b>
<b>Ingressos</b>		<b>26.457.250.177,57</b>	<b>26.524.234.315,15</b>
Receitas Derivadas e Originárias	<a href="#">08</a>	3.484.204.801,60	3.222.892.063,95
Outros Ingressos Operacionais		22.973.045.375,97	23.301.342.251,20
<b>Desembolsos</b>		<b>-16.220.867.619,93</b>	<b>-14.763.789.983,15</b>
Pessoal e Demais Despesas		-1.125.730.508,01	-1.186.273.105,27
Transferências Concedidas		-109.552.796,87	-85.908.078,05
Outros Desembolsos Operacionais		-14.985.584.315,05	-13.491.608.799,83
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		<b>-35.514.631,33</b>	<b>-34.153.878,03</b>
<b>Desembolsos</b>		<b>-35.514.631,33</b>	<b>-34.153.878,03</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-27.276.727,36	-27.112.075,44
Outros Desembolsos de Investimentos		-8.237.903,97	-7.041.802,59
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>		<b>10.200.867.926,31</b>	<b>11.726.290.453,97</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		35.549.637.784,38	23.823.347.330,41
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	<a href="#">01</a>	<b>45.750.505.710,69</b>	<b>35.549.637.784,38</b>

Fonte: SIAFI

## BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público - NBC TSP do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e o Manual SIAFI.

Os dados utilizados para elaboração das Demonstrações Contábeis apresentadas nesse relatório foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, tiveram como objeto as informações do Órgão não superior 20101 – Presidência da República (desconsiderando os valores relativos à Unidade Gestora Executora da Intervenção Federal no estado do Rio de Janeiro, por esta unidade ter sido criada em caráter temporário e não atender ao princípio da continuidade) e não contemplaram os critérios de compensação e consolidação, posto que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas no nível do Balanço Geral da União - BGU.

A estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras definidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, abrangendo:

- I. Balanço Patrimonial - BP;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP;
- III. Balanço Orçamentário - BO;
- IV. Balanço Financeiro - BF;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; e
- VI. Notas Explicativas.

## RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, considerando as opções e premissas vigentes nas normas aplicadas à contabilidade do setor público.

**Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das Demonstrações Contábeis.

**Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis.

**Créditos a curto prazo** - Compreende valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferência e empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis em até 12 meses da data das Demonstrações Contábeis. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

**Demais créditos e valores a curto prazo** - Compreende valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo, tais como: adiantamentos concedidos, tributos a recuperar/compensar, créditos a receber decorrentes da descentralização de serviços públicos e créditos por dano ao patrimônio público.

**Estoques** - Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades, tais como: as mercadorias para revenda e doação, almoxarifado, importações em andamento e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

**Ativo realizável a longo prazo** - Compreende bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei 4.320/64.

**Imobilizado** - O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

**Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

**Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUNet** - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

**Passivos circulantes e não circulantes** - As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das Demonstrações Contábeis.

**Fornecedores e contas a pagar a curto prazo** - Compreende valores referentes a obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

**Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo** - Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. São reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como Variações Patrimoniais Diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União, relacionados com aposentadoria e assistência médica, são também reconhecidos pelo regime de competência.

**Demais obrigações a curto prazo** - Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos demais subgrupos do passivo circulante, tais como: adiantamento de clientes, valores restituíveis, créditos a comprovar decorrentes de Termo de Execução Descentralizada - TED e outros valores decorrentes de obrigações junto a entidades federais não pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, não abarcados por contas específicas.

**Ativos e passivos contingentes** - Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. Quando relevantes, são contabilizados em contas de controle e evidenciados nas Notas Explicativas.

**Apuração do resultado** - Nas Demonstrações Contábeis são apurados os seguintes resultados:

- **Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Se o resultado for positivo, teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário, será Déficit Patrimonial;
- **Resultado Orçamentário** no Balanço Orçamentário, confrontando o as Receitas Realizadas com as Despesas Empenhadas. Se o resultado for positivo teremos o Superávit Orçamentário; caso contrário, um Déficit Orçamentário;
- **Resultado Financeiro** no Balanço Financeiro, confrontando os Ingressos com os Dispêndios. Se o resultado for positivo teremos o Superávit Financeiro; caso contrário, um Déficit Financeiro.

## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Na Presidência da República o subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa possui a seguinte composição:

Caixa e Equivalentes de Caixa	2020	AV (%)	2019	Em Reais
				AH (%)
Fundo Social	45.644.892.241,57	99,77%	35.440.976.497,07	28,79%
Demais Unidades Gestoras	105.613.469,12	0,23%	108.661.287,31	-2,80%
<b>Total</b>	<b>45.750.505.710,69</b>	<b>100,00%</b>	<b>35.549.637.784,38</b>	<b>28,69%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

O Fundo Social contempla 99,77% dos recursos do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa da Presidência da República.

O Fundo Social foi criado pela Lei nº 12.351/2010, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A Lei nº 12.351/2010 determinou, em seu art. 52, que a “política de investimentos do FS será definida pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS”. Até o momento, o Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS não foi constituído, impossibilitando, assim, a utilização dos recursos em suas finalidades e objetivos.

### NOTA 02 – CRÉDITOS A CURTO PRAZO E DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

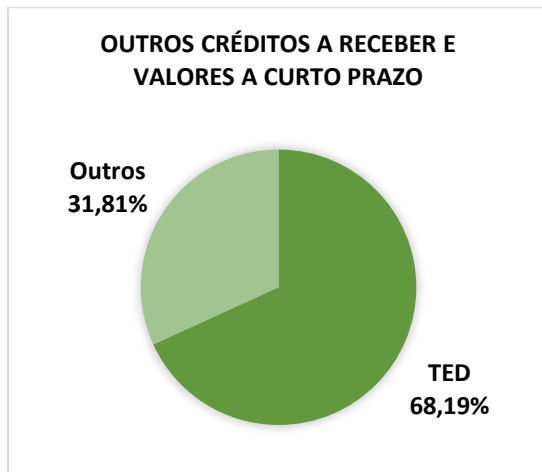
Em atendimento ao disposto no item 4.4, Parte V, da 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN alterou, no exercício de 2020, a estrutura do Balanço Patrimonial. Essa alteração levou o saldo do subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo para dentro do subgrupo Créditos a Curto Prazo, motivo pelo qual esses subgrupos estão sendo tratados em conjunto nesta nota explicativa.

Os Créditos a Curto Prazo compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis em até 12 (doze) meses da data das Demonstrações Contábeis. Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo compreendem os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo.

Na Presidência da República o subgrupo Créditos a Curto Prazo possui a seguinte composição:

Créditos a Curto Prazo	2020	AV (%)	2019	Em Reais
				AH (%)
Adiantamentos Concedidos	5.987.106,51	2,33%	4.519.976,02	32,46%
Créditos por Dano ao Patrimônio	833.281,87	0,32%	1.080.443,99	-22,88%
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	250.630.010,39	97,35%	168.525.989,18	48,72%
<b>Total</b>	<b>257.450.398,77</b>	<b>100,00%</b>	<b>174.126.409,19</b>	<b>47,85%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial



Fonte: Tesouro Gerencial

O título Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo é o que possui maior expressividade dentro do subgrupo Créditos a Curto Prazo. Do total de R\$ 250.630.010,39 (duzentos e cinquenta milhões, seiscentos e trinta mil, dez reais e trinta e nove centavos), R\$ 170.894.434,26 (cento e setenta milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte e seis centavos) correspondem a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED.

Termo de Execução Descentralizada é o instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, projetos e atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática. Na Presidência da República o título Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo possui a seguinte composição:

Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada	Valor Apropriado (a)	Vigência Expirada (b)	Em Reais (%) (c) = (b)/(a)
110001 - Secretaria Especial de Administração/PR	13.091.618,83	1.884.247,29	14,39%
110120 - Agência Brasileira de Inteligência	10.338.851,68	-	-
110319 - Secretaria de Comunicação Social/PR	109.252.107,11	35.205.466,90	32,22%
110322 - Gabinete de Segurança Institucional/PR	18.111.787,63	-	-
110352 - Secretaria Especial de Articulação Social	20.100.069,01	20.100.069,01	100,00%
<b>Total</b>	<b>170.894.434,26</b>	<b>57.189.783,20</b>	<b>33,46%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

### NOTA 03 – IMOBILIZADO

O subgrupo Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, riscos e o controle desses bens. Nesse subgrupo existe ainda a Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada, que compreende a diminuição do valor dos elementos do Ativo Imobilizado devido ao desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência.

Na Presidência da República o Imobilizado possui a seguinte composição:

Imobilizado	2020	AV (%)	2019	Em Reais AH (%)
Bens Móveis	253.053.291,63	43,72%	225.206.749,07	12,36%
Bens Imóveis	454.665.504,92	78,55%	465.455.872,87	-2,32%
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada	-128.862.726,51	-22,26%	-60.573.904,03	112,74%
<b>Total</b>	<b>578.856.070,04</b>	<b>100,00%</b>	<b>630.088.717,91</b>	<b>-8,13%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial



## BENS MÓVEIS

Na Presidência da República os Bens Móveis estão assim subdivididos:

Bens Móveis	2020	AV (%)	Em Reais	
			2019	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	62.807.978,98	24,82%	56.545.786,55	11,07%
Bens de Informática	93.532.637,27	36,96%	83.771.230,02	11,65%
Móveis e Utensílios	34.548.420,07	13,65%	32.129.250,21	7,53%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	17.169.852,28	6,79%	15.872.936,47	8,17%
Veículos	35.308.667,84	13,95%	28.402.125,35	24,32%
Bens Móveis em Almojarifado	3.006.984,05	1,19%	1.670.832,84	79,97%
Armamentos	2.290.483,20	0,91%	1.944.539,40	17,79%
Demais Bens Móveis	4.388.267,94	1,73%	4.870.048,23	-9,89%
<b>Total</b>	<b>253.053.291,63</b>	<b>100,00%</b>	<b>225.206.749,07</b>	<b>12,36%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

No exercício de 2020 as maiores aquisições de bens móveis ocorreram nas Unidades Gestoras 110001 - Secretaria Especial de Administração/PR e 110120 - Agência Brasileira de Inteligência. Na UG 110001 - Secretaria Especial de Administração/PR foram adquiridos Veículos para expansão da frota, além de Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas para reforço da segurança. Na UG 110120 - Agência Brasileira de Inteligência foram adquiridos Bens de Informática para substituição de bens obsoletos, atendimento de usuários com necessidade de mobilidade e modernização do parque computacional.

## BENS IMÓVEIS

Na Presidência da República os Bens Imóveis estão subdivididos da seguinte forma:

Bens Imóveis	2020	AV (%)	Em Reais	
			2019	AH (%)
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNet	451.075.782,41	99,21%	344.260.611,17	31,03%
Bens Imóveis em Andamento	1.041.645,99	0,23%	1.969.763,84	-47,12%
Instalações	2.548.076,52	0,56%	2.530.750,16	0,68%
Demais Bens Imóveis	-	0,00%	116.694.747,70	-100,00%
<b>Total</b>	<b>454.665.504,92</b>	<b>100,00%</b>	<b>465.455.872,87</b>	<b>-2,32%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

O Palácio do Planalto, registrado na UG 110001 - Secretaria Especial de Administração/PR, passou por uma reforma que iniciou no exercício de 2018. Ao longo da reforma, valores relativos à mesma foram registrados nos subgrupos Bens Imóveis em Andamento e Demais Bens Imóveis. No exercício de 2020, esses valores foram incorporados ao Palácio, saindo dos subgrupos Bens Imóveis em Andamento e Demais Bens Imóveis e passando a integrar o subgrupo Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNet.

A UG 110120 - Agência Brasileira de Inteligência devolveu, em março de 2020, para a UG 170188 - Superintendência do Patrimônio da União, um edifício com 4.318,39 m<sup>2</sup> de área construída e ampla necessidade de reforma, avaliado em R\$ 12.251.986,34 (doze milhões, duzentos e cinquenta e um mil, novecentos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos), onde funcionava a sede da Superintendência Estadual da ABIN no Rio Grande do Sul. No intuito de racionalizar gastos com vigilância, limpeza e manutenção, além de zelar pela integridade física dos usuários, a sede da Superintendência Estadual da ABIN no Rio Grande do Sul passou a funcionar em um imóvel menor, com 857,50 m<sup>2</sup>, e alugado pelo valor mensal de R\$ 52.618,56 (cinquenta e dois mil, seiscentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos).

## DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO ACUMULADA

Devido à implantação do Sistema Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços em 2019, foram feitos lançamentos de baixa da depreciação na Unidade Gestora Executora 110001 - Secretaria Especial de Administração/PR. Em 2020, ainda em decorrência da implantação do Siads, foram realizados lançamentos de ajuste no valor de depreciação dos bens móveis a fim de adequar seu valor líquido contábil.

De acordo com o §1º do artigo 1º da Portaria nº 385, de 28 de novembro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads:

§ 1º O Siads é ferramenta que se destina à informatização e à operacionalização do gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos, com a finalidade de viabilizar o reconhecimento periódico da depreciação e da amortização desses bens, realizar o inventário eletrônico e ampliar a automação do registro contábil, possibilitando que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, de forma on-line.

Essa ferramenta é uma solução desenvolvida pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, sob gestão da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, que, por estar integrada ao SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, permite o registro e o cálculo automático da depreciação dos bens móveis. Com isso, tem-se uma representação patrimonial mais fidedigna da situação dos bens móveis.

## NOTA 04 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

Esse subgrupo abrange as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais os empregados ou servidores da entidade tenham direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

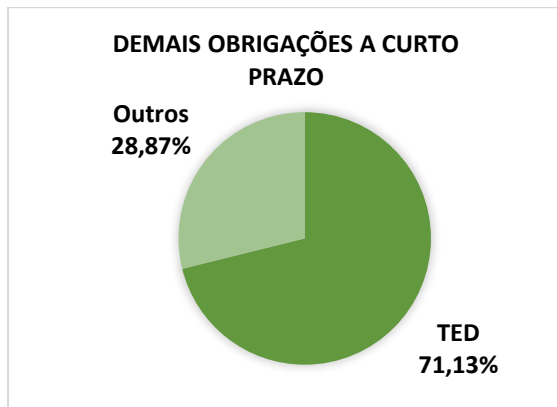
A contabilização dessas obrigações é realizada, conforme definido na Macrofunção SIAFI 021142 – Folha de Pagamento, pela apropriação mensal do montante relativo aos direitos a que os empregados e servidores fazem jus, sendo baixado no momento do pagamento, que ocorre conforme os prazos definidos na legislação vigente.

## NOTA 05 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Nesse subgrupo estão contabilizadas as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas em outros subgrupos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. Na Presidência da República as Demais Obrigações a Curto Prazo estão assim subdivididas:

Demais Obrigações a Curto Prazo	2020	AV (%)	2019	Em Reais
				AH (%)
Outras Obrigações a Curto Prazo	20.914.814,15	80,10%	78.408.714,68	-73,33%
Valores Restituíveis	5.195.409,83	19,90%	5.308.542,66	-2,13%
<b>Total</b>	<b>26.110.223,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>83.717.257,34</b>	<b>-68,81%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial



Fonte: Tesouro Gerencial

No título Outras Obrigações a Curto Prazo, R\$ 14.876.715,38 (quatorze milhões, oitocentos e setenta e seis mil, setecentos e quinze reais e trinta e oito centavos) correspondem aos passivos decorrentes de transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, que estão pendentes de comprovação. Alguns Termos de Execução Descentralizada, por meio dos quais a Presidência da República recebeu recursos financeiros, que estão pendentes de comprovação, encontram-se com a vigência expirada:

Em Reais

Transferências Financeiras a Comprovar - TED	Valor Apropriado (a)	Vigência Expirada (b)	(%) (c) = (b)/(a)
110120 - Agência Brasileira de Inteligência	199.834,00	-	-
110319 - Secretaria de Comunicação Social/PR	14.676.881,38	14.178.820,94	96,61%
<b>Total</b>	<b>14.876.715,38</b>	<b>14.178.820,94</b>	<b>95,31%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

A redução de 73,33% no título Outras Obrigações a Curto Prazo ocorreu, principalmente, devido a lançamentos referentes à devolução de recursos financeiros não executados e à apresentação de prestação de contas de Termo de Execução Descentralizada – TED, nas Unidades Gestoras 110120 - Agência Brasileira de Inteligência e 110319 – Secretaria de Comunicação Social/PR.

## NOTA 06 – RESULTADOS ACUMULADOS

Os Resultados Acumulados compreendem os superávits ou déficits acumulados da Presidência da República. Eles tiveram um incremento de R\$ 10.290.450.630,84 (dez bilhões, duzentos e noventa milhões, quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos), em relação ao exercício anterior. Na Presidência da República os Resultados Acumulados se subdividem da seguinte forma:

Em Reais

Resultados Acumulados	2020	AV (%)	2019	AH (%)
Superávits ou Déficits do Exercício	10.341.663.539,81	22,23%	11.806.824.883,21	-12,41%
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	36.066.294.295,96	77,53%	24.207.453.081,11	48,99%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-51.212.908,97	-0,11%	52.016.331,64	-198,46%
Superávits ou Déficits de Exerc. Anteriores - Intra	159.635.909,27	0,34%	159.635.909,27	0,00%
<b>Total</b>	<b>46.516.380.836,07</b>	<b>100,00%</b>	<b>36.225.930.205,23</b>	<b>28,41%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme mencionado na Nota 03 – Imobilizado a Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada aumentou consideravelmente, em relação ao exercício de 2019, devido à apuração ocorrida com a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS.

Os registros necessários para regularização da Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada acabaram refletindo no título Ajustes de Exercícios Anteriores, gerando uma variação tão expressiva.

## NOTA 07 – RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

O Resultado Patrimonial do Período é o saldo do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). Esse resultado está

refletido no Balanço Patrimonial no subgrupo Resultados Acumulados. Em 2020 o resultado patrimonial foi superavitário e 12,41% menor que o resultado de 2019, conforme demonstrado abaixo:

Resultado Patrimonial	2020	AV (%)	2019	Em Reais
				AH (%)
Fundo Social	10.226.844.824,98	98,89%	11.780.630.298,59	-13,19%
Demais Unidades Gestoras	114.818.714,83	1,11%	26.194.584,62	338,33%
<b>Total</b>	<b>10.341.663.539,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.806.824.883,21</b>	<b>-12,41%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Na Presidência da República o Fundo Social contribuiu significativamente para o Resultado Patrimonial do Período, com destaque para o resultado das transferências intragovernamentais, que refletem a arrecadação ocorrida em outras unidades. O impacto do Fundo Social no Resultado Patrimonial do Período está demonstrado na tabela abaixo:

Resultado Patrimonial - Fundo Social	2020	AV (%)	2019	Em Reais
				AH (%)
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>				
Remun. de Dep. Banc. e Apl. Financeiras	2.816.602.786,55	27,54%	2.479.201.702,93	13,61%
Transferências Intragovernamentais	7.410.242.038,43	72,46%	9.301.428.595,66	-20,33%
<b>Total</b>	<b>10.226.844.824,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.780.630.298,59</b>	<b>-13,19%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

## NOTA 08 – RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

As Receitas Orçamentárias Realizadas na Presidência da República pertencem integralmente à categoria econômica Receitas Correntes, com destaque para a Receita Patrimonial, que representa 80,18% do saldo total.

Receitas Correntes Realizadas	2020	Em Reais
		AV %
Receita Patrimonial	2.793.673.706,07	80,18%
Receita Industrial	690.529.586,51	19,82%
Outras Receitas Correntes	1.509,02	0,00%
<b>Total</b>	<b>3.484.204.801,60</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Os Ingressos decorrentes das Receitas Orçamentárias Realizadas estão apresentados no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As Receitas Patrimonial e Industrial da Presidência da República vêm da arrecadação do Fundo Social e dos juros e correções monetárias dos valores arrecadados por ele.

Receitas Correntes Realizadas - Fundo Social	2020	AV (%)	2019	Em Reais
				AH (%)
Receita Patrimonial	2.793.673.706,07	80,18%	2.423.206.924,37	15,29%
Receita Industrial	690.529.586,51	19,82%	799.673.003,10	-13,65%
<b>Total</b>	<b>3.484.203.292,58</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.222.879.927,47</b>	<b>8,11%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

No exercício de 2020, o Balanço Orçamentário da Presidência da República trouxe uma Previsão Atualizada de R\$ 10.533.496.578,00 (dez bilhões, quinhentos e trinta e três milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, quinhentos e setenta e oito reais) e Receitas Realizadas de R\$ 3.484.204.801,60 (três bilhões, quatrocentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e quatro mil, oitocentos e um reais e sessenta centavos), o que representa uma frustração de arrecadação de R\$ 7.049.291.776,40 (sete bilhões, quarenta e nove milhões, duzentos e noventa e um mil, setecentos e setenta e seis reais e

quarenta centavos), equivalente a 66,92%.

No entanto, R\$ 7.232.135.359,50 (sete bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, cento e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) pertencentes à Previsão Atualizada da Presidência da República foram efetivamente arrecadados pela UG 170013 – Setorial Orçamentária e Financeira/ME. Esses recursos referem-se ao Fundo Social. Quando considerada a Receita Realizada fora da Presidência da República, mas que pertence à sua Previsão Atualizada, ocorre um excesso de arrecadação de R\$ 182.842.074,08 (cento e oitenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, setenta e quatro reais e oito centavos).

## NOTA 09 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A dotação atualizada apresentada no Balanço Orçamentário é composta principalmente pela dotação do Fundo Social (74,99%) e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (14,77%), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Em Reais			
Dotação Atualizada	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Fundo Social	495.557,00	10.334.929.859,00	10.335.425.416,00
Fundo Especial de Financiamento de Campanha	2.034.954.824,00	0,00	2.034.954.824,00
Demais Unidades da Presidência	1.336.371.433,00	74.848.752,00	1.411.220.185,00
<b>Total</b>	<b>3.371.821.814,00</b>	<b>10.409.778.611,00</b>	<b>13.781.600.425,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que criou o Fundo Social, determinou, em seu art. 52, que a “política de investimentos do FS será definida pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS”. Ainda no art. 52, o §1º define que a composição e funcionamento do CGFFS serão estabelecidos em ato do Poder Executivo. Até o momento, o Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS não foi constituído, impossibilitando, assim, a utilização dos recursos em suas finalidades e objetivos.

O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) foi instituído pela Lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017, e se destina ao financiamento das campanhas eleitorais dos candidatos. Conforme estabelecido no art. 16-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) é constituído por dotações orçamentárias da União em ano eleitoral e “o Tesouro Nacional depositará os recursos no Banco do Brasil, em conta especial à disposição do Tribunal Superior Eleitoral, até o primeiro dia útil do mês de junho do ano do pleito”.

O Balanço Orçamentário apresenta economia na execução das despesas de 90,74% (R\$ 12.505.566.362,75). No entanto, desconsiderando a Dotação relativa ao Fundo Social devido a impossibilidade de execução, essa economia reduz para 62,97% (R\$ 2.170.140.946,75).

Em Reais					
Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada (b)	Despesas Empenhadas (c)	Despesas Liquidadas (d)	Despesas Pagas (e)	Saldo da Dotação (f) = (b-c)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>3.371.326.257,00</b>	<b>1.215.251.522,78</b>	<b>1.057.029.890,25</b>	<b>1.005.389.174,86</b>	<b>2.156.074.734,22</b>
Pessoal e Encargos Sociais	836.767.512,00	814.740.278,26	796.519.786,61	746.687.372,46	22.027.233,74
Outras Despesas Correntes	2.534.558.745,00	400.511.244,52	260.510.103,64	258.701.802,40	2.134.047.500,48
<b>Despesas de Capital</b>	<b>74.848.752,00</b>	<b>60.782.539,47</b>	<b>6.335.862,13</b>	<b>6.335.862,13</b>	<b>14.066.212,53</b>
Investimentos	74.848.752,00	60.782.539,47	6.335.862,13	6.335.862,13	14.066.212,53
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Despesas</b>	<b>3.446.175.009,00</b>	<b>1.276.034.062,25</b>	<b>1.063.365.752,38</b>	<b>1.011.725.036,99</b>	<b>2.170.140.946,75</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

A elevada economia na execução das despesas apresentada se deve ao fato de o Balanço

Orçamentário ter sido gerado a partir da execução da Presidência da República como órgão executor, considerando apenas Administração Direta, que compreende a Casa Civil - CC/PR, a Secretaria de Governo - SEGOV, a Secretaria-Geral - SGPR, o Gabinete Pessoal do Presidente da República - GP/PR, o Gabinete de Segurança Institucional - GSI/PR e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais ANPD.

No entanto, os montantes de dotação abrangem tanto os valores a serem executados no órgão não superior Presidência da República quanto aqueles a serem executados em outros órgãos da administração pública federal (execução descentralizada). Assim, optando por gerar as informações a partir do órgão orçamentário (visão orçamentária), abstém-se da restrição de órgão executor, e se apresenta a totalidade da execução orçamentária.

Considerando a visão orçamentária (que independe se a execução é centralizada ou descentralizada) e desconsiderando a dotação relativa ao Fundo Social, observa-se que a economia na execução da despesa, isto é, o montante a empenhar, passa para R\$ 41.418.042,68 (1,20% da dotação atualizada), ou seja, a Unidade Orçamentária Presidência da República executou 98,80% da dotação atualizada, conforme detalhado na tabela abaixo:

Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada (b)	Despesas Empenhadas (c)	Despesas Liquidadas (d)	Despesas Pagas (e)	Em Reais
					Saldo da Dotação (f) = (b-c)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>3.371.326.257,00</b>	<b>3.338.109.010,07</b>	<b>3.169.156.286,30</b>	<b>3.117.397.516,56</b>	<b>33.217.246,93</b>
Pessoal Encargos Sociais	836.767.512,00	814.740.278,26	796.519.786,61	746.687.372,46	22.027.233,74
Outras Despesas Correntes	2.534.558.745,00	2.523.368.731,81	2.372.636.499,69	2.370.710.144,10	11.190.013,19
<b>Despesas de Capital</b>	<b>74.848.752,00</b>	<b>66.647.956,25</b>	<b>6.357.174,08</b>	<b>6.354.929,68</b>	<b>8.200.795,75</b>
Investimentos	74.848.752,00	66.647.956,25	6.357.174,08	6.354.929,68	8.200.795,75
<b>Total Despesas</b>	<b>3.446.175.009,00</b>	<b>3.404.756.966,32</b>	<b>3.175.513.460,38</b>	<b>3.123.752.446,24</b>	<b>41.418.042,68</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Ainda, desconsiderando a dotação relativa ao Fundo Social e analisando a despesa sob a visão orçamentária, observa-se que a execução da Presidência da República é realizada predominantemente no exercício vigente, não gerando elevados montantes de Restos a Pagar, conforme detalhado na tabela abaixo:

Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Despesas Pagas	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>3.371.326.257,00</b>	<b>3.338.109.010,07</b>	<b>99,01%</b>	<b>3.169.156.286,30</b>	<b>94,94%</b>	<b>3.117.397.516,56</b>	<b>98,37%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	836.767.512,00	814.740.278,26	97,37%	796.519.786,61	97,76%	746.687.372,46	93,74%
Outras Despesas Correntes	2.534.558.745,00	2.523.368.731,81	99,56%	2.372.636.499,69	94,03%	2.370.710.144,10	99,92%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>74.848.752,00</b>	<b>66.647.956,25</b>	<b>89,04%</b>	<b>6.357.174,08</b>	<b>9,54%</b>	<b>6.354.929,68</b>	<b>99,96%</b>
Investimentos	74.848.752,00	66.647.956,25	89,04%	6.357.174,08	9,54%	6.354.929,68	99,96%
<b>Total</b>	<b>3.446.175.009,00</b>	<b>3.404.756.966,32</b>	<b>98,73%</b>	<b>3.175.513.460,38</b>	<b>93,27%</b>	<b>3.123.752.446,24</b>	<b>98,37%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Obs.: Despesas Empenhadas (%) em relação à Dotação Atualizada, Despesas Liquidadas (%) em relação à Despesas Empenhadas e Despesas Pagas (%) em relação à Despesas Liquidadas.

## NOTA 10 – RESTOS A PAGAR

Em relação aos Restos a Pagar, do montante inscrito no início de 2020, foi executado 93,90%, demonstrando eficiência em relação à execução de Restos a Pagar.

Em Reais

Restos a Pagar	Inscritos (a)	AH (%) (b)	Restos a Pagar a Pagar (c)	% a Pagar (d) = (c/a)
Não Processados	274.694.339,91	83,40%	19.421.917,67	7,07%
Processados	54.677.445,69	16,60%	657.858,48	1,20%
<b>Total</b>	<b>329.371.785,60</b>	<b>100,00%</b>	<b>20.079.776,15</b>	<b>6,10%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

## INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, iniciada com o Decreto nº 9.288/2018, teve objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Sua vigência foi de 16 de fevereiro a 31 de dezembro de 2018. Em 18 de julho de 2019, o Decreto nº 9.288/2018 foi revogado pelo Decreto 9.917/2019.

Mesmo com o fim da intervenção, as atividades do Gabinete de Intervenção Federal do Estado do Rio de Janeiro foram prorrogadas da seguinte forma:

- . Até o dia 31 de março de 2020, pelo Decreto 9.870/2019;
- . Até o dia 1º de dezembro de 2020, pelo Decreto 10.192/2019; e
- . Até o dia 1º de dezembro de 2021, pelo Decreto 10.547/2020.

Para organizar as atividades do Gabinete de Intervenção Federal do Estado do Rio de Janeiro, foi criada a Unidade Gestora 110746, subordinada à Presidência da República. Os valores relativos à UG 110746 foram excluídos das Demonstrações Contábeis apresentadas nesse relatório, por esta unidade ter sido criada em caráter temporário e não atender ao princípio da continuidade.

Quanto aos demonstrativos contábeis da UG 110746, cabe ressaltar que seus valores estão sendo reduzidos gradativamente, corroborando com o caráter temporário da mesma.